

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM/659

Rio Grande, 04 de outubro de 2021

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Substitutivo ao Projeto de Lei 058, que **ALTERA O PARÁGRAFO 4º E INCLUI § 7º e § 8º DO ARTIGO 24 DA LEI 5.602/2002; REVOGA O ART 26 DA LEI 5.602/2002.**

Temos a honra e satisfação em cumprimentá-los cordialmente, oportunidade em que encaminhamos a esta Casa Legislativa para apreciação de Vossas Excelências o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 058, que altera a legislação referente às isenções no Sistema de Transporte Público de Passageiros do município do Rio Grande.

Cumprе salientar, Excelências, a necessidade de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte em operação, em que nosso município não se diferencia dos demais a nível de Brasil quanto aos problemas enfrentados pelas delegatárias do serviço, uma vez que, ao mesmo tempo em que novos modais de transporte aportam a oferecer serviços particulares de transporte com preços atrativos, a legislação municipal sistematicamente impõe ao sistema público novas gratuidades, porém sem apontar a fonte de custeio, encarecendo a tarifa aos usuários pagantes, incentivando a evasão de passageiros e por consequência, reduzindo a qualidade dos serviços públicos.

Urge, senhores, que medidas de contenção sejam adotadas referente aos critérios de concessão de isenções, cuja conta acaba sendo cobrada daquele usuário que paga a tarifa, pois esta é a única fonte de custeio do sistema de transporte. Assim sendo, trazemos à vossa apreciação um projeto de lei que altera os critérios de concessão de desconto aos estudantes, priorizando quem está em real vulnerabilidade social, oferecendo a estes o benefício do desconto e fazendo com que os demais contribuam para viabilizar uma tarifa que atenda ao princípio normatizado da modicidade tarifária do sistema.

Neste ínterim, apresentamos as condições de utilização das passagens e descontos na aquisição para os Estudantes de Estabelecimentos de Ensino Privado ( Fundamental, Médio e Superior), em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até 3 (TRÊS) salários mínimos, além de limitar o uso diário em até quatro viagens diárias, exceto os estudantes do terceiro ano do ensino médio, que poderão utilizar até seis viagens diárias.

**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Em relação aos estudantes de escolas Públicas, de ensino Municipal, Estadual ou Federal, não há restrição quanto a renda familiar, somente as condições previstas de utilização constantes no § 4º, e seus Incisos.

Já, no tocante aos professores das redes públicas e privadas de ensino, os mesmos terão direito ao desconto referido no Parágrafo 4º, caso não façam jus ao pagamento de vale-transporte fornecido pelo estabelecimento de ensino.

Também foram limitadas as utilizações de passes escolares em qualquer dia da semana, pois o benefício é concedido não pelo cidadão ser estudante e sim para este ir estudar em qualquer horário em dias letivos, devidamente matriculados em estabelecimento de ensino públicos ou privados, em atividades presenciais e semi-presenciais, cumpridos os requisitos do Art 4º e seus Incisos, além do previsto no § 7º, quanto aos estabelecimentos privados.

Sendo a função social das isenções a proteção aos vulneráveis, este PLE busca equacionar o binômio proteção social e equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte público de passageiros, concedendo benefício aos que precisam e colhendo a contribuição tarifária daqueles que podem contribuir, colaborando todos os pagantes para a manutenção da tarifa módica que o sistema precisa oferecer aos usuários do transporte público.

Também encaminhamos no presente PLE, a extinção do Art. 26 da Lei 5602/2002, na medida em que está sendo encaminhado em novo projeto de Lei, as questões referentes a obrigatoriedade de cobradores em viagens no transporte coletivo municipal, além da supressão gradativa da função, conforme justificativas no PLE específico.

Por todo o exposto, visando necessária adequação legislativa ao compasso da realidade vivenciada pelo transporte municipal de passageiros, é que foi elaborado este projeto de lei que será submetido à apreciação e votação de Vossas Excelências.

Sendo o que se apresenta e certos da cordial atenção ao exposto, reiteramos nossas considerações,

Respeitosamente,  
FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210  
020

Assinado de forma digital por  
FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
Dados: 2021.10.04 11:20:31  
-03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Prefeito Municipal**

**À Sua Excelência**  
**Ver. FILIPE DE OLIVEIRA BRANCO**  
**Presidente da Câmara Municipal**

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 058 DE 28 DE AGOSTO DE 2021

**ALTERA O PARÁGRAFO 4º E INCLUI  
§ 7º e § 8º DO ARTIGO 24 DA LEI  
5.602/2002; REVOGA O ART 26 DA LEI  
5.602/2002.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alterado o parágrafo 4º do artigo 24 da Lei Municipal nº 5.602, de 22 de janeiro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 24 (...)**

**§ 1º (...)**

**§ 2º (...)**

**§ 3º (...)**

**§ 4º** Os alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino Público Municipal, Estadual ou Federal, com aula presencial ou semi-presencial, gozarão do direito ao desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o preço da tarifa, no ato da compra prévia de passes para o trajeto exclusivo residência-escola e vice-versa, durante o período letivo e mediante carteira emitida pelo Poder Concedente ou pelas delegatárias do serviço, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

**I** – Estarem regularmente matriculados e frequentes em estabelecimentos de ensino cadastrados na Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança SMMAS.

**II** - o benefício pode ser utilizado pelos estudantes no horário da grade escolar prevista, de segunda a sábado, excetuado uso aos domingos, com a limitação de 04 (quatro) passagens diárias, conforme previsto no § 4º, sendo que alunos do 3º ano do Ensino Médio, terão direito a no máximo 06 (seis) passagens diárias.

**III – (...)**

**IV** - Os alunos matriculados em cursos de complementação técnica, terão direito ao benefício, desde que a carga horária mínima do mesmo seja de 800 (oitocentas) horas/aula;

**V – (...)**

**VI** - O número de passagens com desconto, de que fala o caput será acrescido

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

em 10%, considerando as necessidades de transporte com atividades extra-curriculares, não abrangendo os alunos referidos no inciso V.

(...)"

§ 7º - Os estudantes dos Estabelecimentos de Ensino Privados, do fundamental, médio e superior, para terem direito ao desconto estabelecido no § 4º e seus Incisos, devem ter renda familiar que não ultrapasse 3,0 salários mínimos nacionais;

§ 8º - Os professores terão direito ao benefício do § 4º, desde que não façam jus ao recebimento de Vale Transporte, de responsabilidade do Estabelecimento de Ensino contratante;

**Art 2º** - Fica revogado o Art 26 da Lei Municipal nº 5.602, de 22 de janeiro de 2002.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 04 de outubro de 2021.

FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210  
020

Assinado de forma digital  
por FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
Dados: 2021.10.04  
11:20:01 -03'00'

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.:Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação